

Ano Nascimento/ABr



COMPROMISSO Crianças de até seis anos deverão ser atendidas em instituições públicas e gratuitas, segundo projeto de Heloísa Helena

Senado instala subcomissão para cuidar dos municípios

Uma subcomissão encarregada de analisar a situação dos municípios deve ser instalada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos. A solenidade, prevista para as 11h, no Salão Nobre do Senado, terá a participação do presidente da Casa, Renan Calheiros, que lançará o programa *Minuto do Município*, da TV Senado. A subcomissão foi criada por iniciativa do presidente da CAE, senador Luiz Otávio.

Página 3

Projetos elevam penas para crimes do colarinho branco

Dois projetos de lei que aumentam as penas para delitos contra o sistema financeiro nacional, imprimindo maior severidade à Lei do Colarinho Branco, estão na pauta da Comissão de Justiça, que se reúne amanhã. As propostas são de autoria dos senadores Demostenes Torres e Ramez Tebet.

Página 4

Creche grátis pode ser aprovada hoje

Constam da pauta do Plenário outras quatro propostas de emenda à Constituição, inclusive a que prorroga o Fundef

Além das duas matérias relativas à Educação, podem ser votadas na sessão de hoje, em primeiro turno, a proposta que redefine a titularidade das águas subterrâneas; a que aumenta para 500 metros quadrados

o tamanho máximo de lote objeto de usucapião urbano em cidades com menos de 300 mil habitantes; e a que busca regularizar a situação de servidores do então território federal de Rondônia. Também deve

ser votado requerimento de Heloísa Helena solicitando ao TCU inspeção, em caráter de urgência, do acordo firmado entre o Banco do Brasil e a Caixa de Previdência dos Funcionários (Previ).

Plano valoriza a cultura nacional

O Plenário deve votar amanhã, em segundo turno, a proposta que trata do Plano Nacional de Cultura. Conforme o projeto, o plano terá duração plurianual e

buscará a valorização do patrimônio cultural brasileiro, a formação de pessoal qualificado para a gestão da área, a democratização do acesso aos bens culturais e

a valorização da diversidade étnica e regional. Também está em pauta a exclusão, dos bens da União, das ilhas oceânicas onde há sede de municípios.

Página 3



José Cruz

PAUTA Comissão de Educação examina projeto que estende benefícios da Lei Rouanet à construção de salas de cinema

Comissão analisa estímulo a cinema no interior

Empresas que fizerem doações destinadas à construção de salas de cinema em municípios com me-

nos de 100 mil habitantes podem receber o benefício fiscal instituído pela Lei Rouanet. A medida é pre-

vista em projeto de lei que a Comissão de Educação do Senado deve analisar em sua reunião de hoje.

Página 4



SUGESTÃO Segundo Marco Maciel, o ideal seria ampliar para 27 o número de desembargadores federais

Maciel defende o aumento de membros do TRF no Recife

Ao elogiar a atuação da desembargadora Margarida Cantarelli no Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, com sede no Recife (PE) e jurisdição em Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, o senador Marco Maciel (PFL-PE) pediu aumento no número de magistrados daquele tribunal.

– O TRF da 5ª Região, que tem visto crescer muito suas demandas, como consequência do incremento da cidadania no país, dispõe de apenas 15 magistrados. Talvez seja o TRF com menor número de magistrados. Importante seria que se cogitasse, a curto prazo, a sua ampliação para 27 membros. Sabemos, pelo número de realizações do tribunal, que o ideal seria contar ao menos com 43 desembargadores.

Várias iniciativas de Margarida Cantarelli em sua gestão, encerrada em março, foram enumeradas por Maciel, como a criação de um conselho de administração constituído por oito desembargadores, a atuação regimental e a implantação de núcleos da Escola da Magistratura Federal.

Agenda

Plenário vota gratuidade do ensino infantil

Os senadores se reúnem em sessão deliberativa às 14h. Na pauta, votação de propostas de emendas constitucionais, como a que duplica a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do



Magistério (Fundef), e a que obriga a gratuidade do ensino para crianças de até seis anos (PECs 29/02 e 40/00, respectivamente). Pode ser votado ainda o projeto de conversão da MP 232/04, que reajusta em 10% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

Renan discute mudanças nas MPs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa, às 10h, de reunião de líderes partidários com integrantes da comissão que

discute mudanças na edição e tramitação das medidas provisórias. O senador comparece ainda às cerimônias de lançamento do

programa *Minuto do Município*, às 11h, e de biografia do ex-presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, às 18h30.



Estímulo a emprego para maiores de 40 anos

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a partir das 10h, projeto que concede incentivos fiscais às empresas com empregados maiores de 40 anos (PLS 103/99) e

proposta que prevê o alongamento de dívidas oriundas de crédito rural (PLS 517/03). Às 9h30, será realizada a instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Veto a dados econômicos de candidato a vestibular

Entre os oito itens da pauta da Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h, está o projeto (PLS 284/04) que proíbe as instituições privadas de ensino superior de exigir informações econômicas dos candidatos antes da conclusão do processo seletivo. O objetivo é evitar que esses dados venham a interferir nos critérios de avaliação, beneficiando aquelas pessoas com maior poder aquisitivo.

Desnutrição de índios gera nova audiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) retoma, às 12h, o debate sobre a questão indígena no Brasil, especialmente a morte por desnutrição de crianças em aldeias de Mato Grosso do Sul. Participam da audiência o subprocurador-geral da República Eugênio José Guilherme de Aragão; o presidente da Fundação Nacional do Índio, Mércio Pereira Gomes (foto); e o ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda.



CMO vê fundos constitucionais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove reunião às 14h30. Em discussão pelos parlamentares, atas de sessões anteriores e ofícios com demonstrações das atividades dos fundos constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste e do Norte. A comissão pode votar ainda um projeto.

Cautela na compra

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) tem reunião às 11h30. Na agenda, três requerimentos que solicitam audiências públicas, e projeto que dá ao consumidor o direito de examinar o produto no ato da compra (PLC 88/04).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



EXEMPLO Papaléo Paes diz que obra no Amapá deve servir de modelo para o país e o mundo

Papaléo mostra importância do Corredor da Biodiversidade

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) destacou ontem, em discurso, a perspectiva de assinatura do acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e o governo do Amapá para a implementação do Corredor da Biodiversidade no estado.

O corredor, uma interligação de 12 unidades de conservação ambiental, cobre parte do Parque Nacional do Tumucumaque e seu entorno, abrangendo terras indígenas, mangues, cerrados, florestas tropicais, florestas de altitude e terras alagadas. Vai ocupar, de acordo com o senador, cerca de 65% da área do Amapá, equivalente ao território de Portugal.

Papaléo acredita que a proposta é pioneira e representa a "porta de entrada do Amapá para o Brasil da riqueza, da proteção ambiental e da prosperidade" e que deve servir de "modelo inspirador" para o país e para o mundo.

– Meu estado não pode esperar por melhor oportunidade para ingressar de vez na era da modernidade.

Bioindústria

Do ponto de vista da exploração comercial, afirmou Papaléo, o corredor se destinará a fornecer matéria-prima à bioindústria, além de promover o ecoturismo na região.

– Trata-se de uma possibilidade concreta de desenvolvimento econômico numa região carente de investimento e capital financeiro. Por trás disso, está a idéia-chave segundo a qual a conservação da natureza como base das atividades econômicas só fortalece o capital social do país – ressaltou.

Em aparte, João Capiberibe (PSB-AP) cumprimentou Papaléo pelo pronunciamento e manifestou preocupação com o desmatamento para a produção de carvão vegetal e ferro-gusa na região.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

CAE instala subcomissão para analisar assuntos municipais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje duas reuniões pela manhã – uma para instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais e a outra para votação de projetos.

Ao se instalar, a Subcomissão de Assuntos Municipais deverá eleger o presidente e o vice-presidente. A cerimônia, conduzida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, será realizada às 11h, no Salão Nobre do Senado Federal, juntamente com o lançamento do programa *Minuto do Município*.

A criação da Subcomissão de Municípios foi proposta pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Entre seus objetivos está a análise dos Estudos de Viabilidade Municipal, visando à criação de novos municípios.

Nesses casos, o colegiado deverá assegurar a gestão responsável nos municípios novos, particularmente no tocante aos aspectos econômicos e fiscais. A comissão analisará ainda programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental,

e de serviços de atendimento à saúde de responsabilidade dos municípios.

Propostas

Entre as proposições a serem votadas em caráter terminativo pela CAE está a de autoria do então senador Carlos Wilson que permite a dedução integral das despesas de educação no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. A matéria tem parecer favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS).

Outro projeto na pauta da comissão, de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), propõe estender a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física à despesa realizada com o “apadrinhamento” de menores pobres no custeio de sua educação.

A Comissão de Assuntos Econômicos pode analisar ainda projeto de autoria do então senador Duciomar Costa que regulamenta o cheque pré-datado, que, apesar de muito utilizado no comércio, não tem amparo legal.



PAUTA PEC da creche gratuita, de Heloísa Helena (ao microfone), é uma das emendas que podem ser definidas hoje

Creche gratuita e Fundef podem ser votados hoje

Existem outras três PECs na pauta do Plenário, além de requerimento sobre BB e Previ

Duas propostas de emenda à Constituição (PECs) poderão ser votadas, em primeiro turno, pelo Plenário, na sessão de hoje, que tem início às 14h. De iniciativa da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), a PEC 40/00 torna a educação infantil obrigação do Estado, devendo toda a demanda de creches e pré-escolas, para crianças de até seis anos, ser atendida em instituições de caráter público e gratuito. A PEC 29/02 prorroga até 2016 a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvi-

mento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Se não receberem emendas, outras três PECs poderão ser votadas também em primeiro turno ainda hoje: a que redefine a titularidade das águas subterrâneas (43/00); a que aumenta para 500 metros quadrados o tamanho máximo de lote objeto de usucapião urbano em cidades com menos de 300 mil habitantes (9/03); e a que busca regularizar a situação de servidores de Rondônia em razão da sua transformação em estado, em 1981 (87/03).

Também deverá ser votado requerimento (RQS 318/05) de Heloísa Helena solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) inspeção do acordo firmado entre o Banco do Brasil

e a Caixa de Previdência dos Funcionários (Previ), celebrado em dezembro de 1997.

De acordo com a senadora, há fatos que “chamam a atenção” nesse acordo, como a redução à metade do passivo previdenciário, de R\$ 10,9 milhões, referente aos empregados admitidos no banco até 14 de abril de 1967 e os aposentados após essa data, devendo a diferença ser amortizada por transferências do superávit da Previ. Para fazer a solicitação, Heloísa se fundamenta no documento “Fato Relevante”, de 13 de junho de 1997, assinado pelo então diretor de Relações com o Mercado do BB. Projeto (61/04) que declara o arquiteto Oscar Niemeyer patrono da arquitetura brasileira está ainda na pauta da sessão de hoje.

Infra-Estrutura vota audiência pública sobre crise na aviação

Na reunião de hoje, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vai analisar requerimento, de autoria do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), solicitando audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para ouvir o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, e o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, sobre a situação financeira das companhias aéreas no país, decorrente do aumento de custos e do excesso de endividamento. Na reunião, marcada para as 14h30, serão examinados outros sete projetos de lei.

Em sua justificativa, Heráclito Fortes argumenta que a crise no setor da aviação pode trazer prejuízos financeiros ao erário, decorrente de eventuais falências. Ele manifesta, também, interesse em conhecer a Política de Céu Aberto, que permite que as companhias estrangeiras pousem em aeroportos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Entre as propostas a serem examinadas na comissão, figura o Projeto de Lei (PLS) 101/04, de autoria do senador



EXPLICAÇÕES Heráclito quer ouvir depoimentos do vice José Alencar e do ministro Walfrido Mares Guia

Marcelo Crivella (PL-RJ), que institui o Plano Setorial do Gás. O objetivo da proposição é promover maior participação do produto na matriz energética nacional.

Em seu parecer favorável à matéria, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) afirma que a idéia de criar um plano para o gás é oportuna, tendo em vista as importantes reservas que vêm sendo descobertas.

A CI examinará, ainda, o PLS 530/03, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), propondo a obrigatoriedade da adoção do horário brasileiro de verão em todo o território nacional, sempre que for decretado pelo Poder Executivo.

Plano para cultura deve ser definido amanhã

Na sessão de amanhã, o Plenário deve votar, em segundo turno, a PEC 57/03 que estabelece, na Constituição, a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Cultura, a ser definido por lei específica. De acordo com a proposição, o plano terá duração plurianual e buscará a valorização do patrimônio cultural brasileiro, a formação de pessoal qualificado para a gestão da área, a democratização do acesso aos bens culturais e a valori-

zação da diversidade étnica e regional.

A PEC (15/04), que exclui dos bens da União as ilhas oceânicas e costeiras onde há sede de municípios, também pode ser votada em segundo turno na sessão de amanhã.

Na quinta-feira, o Plenário deverá dar continuidade à discussão de PECs como a do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece a participação direta dos cidadãos na elaboração do Plano Plurianual

(PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e dos orçamentos anuais (73/99); a da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que concede licença-maternidade para mulheres que adotarem crianças (31/00); e a PEC 48/03, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que prorroga por 15 anos a aplicação de percentuais definidos de recursos da União em projetos de irrigação nas regiões Nordeste (50%) e Centro-Oeste (20%).

Comissão vota incentivo para cinemas em cidades pequenas e médias

Projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que estende benefícios da Lei Rouanet às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema nos municípios com menos de 100 mil habitantes será votado hoje, às 11h, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE).

O relator, Roberto Saturnino (PT-RJ), ofereceu parecer favorável à matéria, com emenda apresentada por Cristovam Buarque (PT-DF).

Caso seja aprovado, o projeto (PLS 298/04) seguirá para o exame da Câmara dos Deputados, desde que não haja recurso assinado por pelo menos nove

senadores para que seja analisado também pelo Plenário.

Outra proposta (PLS 284/04) na pauta da CE, de autoria do então senador Duciomar Costa, proíbe instituições privadas de ensino superior de exigirem dos candidatos informações econômicas até a conclusão do processo seletivo. A proposição

tem parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE).

Projeto (PLS 2/05) da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) determinando que as transmissões da TV Senado sejam traduzidas para a língua brasileira de sinais usada pelos surdos-mudos também será analisado pela comissão.



LEI ROUANET Proposta de Mercadante, a ser examinada na CAS, beneficia os municípios de até 100 mil habitantes

Rosevelt Pinheiro



DEBATE Cristovam Buarque é autor do requerimento para realização da audiência com o economista, na CRE

Jeffrey Sachs fala sobre as Metas do Milênio

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza na quinta-feira, às 11h, uma audiência pública sobre as Metas do Milênio com o economista norte-americano Jeffrey Sachs, diretor do Projeto do Milênio das Nações Unidas e assessor especial do Secretário-Geral para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O requerimento para a realização da audiência é do presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (PT-DF).

Jeffrey Sachs é autor do relatório Projeto do Milênio, que traz diagnósticos da situação dos países mais pobres do planeta. O documento sugere também ações para que se cumpra o acordo estabelecido em 2000, quando os 189 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) estipularam, no documento conhecido como Declaração do Milênio, oito objetivos para a melhoria das condições de vida de 500 milhões de pessoas extremamente pobres, até 2015.

Sachs vai falar sobre o andamento internacional e brasileiro das Metas do Milênio. Segundo estimativas do Pnud, são necessários cerca de US\$ 50 bilhões anuais, até 2015, para se conseguir melhorar a qualidade de vida das pessoas consideradas pela ONU como extremamente pobres.

Penas mais severas para crime do colarinho branco

Projeto que está na pauta de amanhã da CCJ obriga o cumprimento da pena em regime fechado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado deverá votar amanhã, a partir das 10h, dois projetos de lei que aumentam as penas para delitos contra o Sistema Financeiro Nacional, imprimindo maior severidade à Lei do Colarinho Branco.

As proposições, de autoria dos senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e Ramez Tebet (PMDB-MS), respectivamente, também tratam da gerência fraudulenta de instituição financeira, da liberdade provisória e da exigência de cumprimento mínimo de metade da punição para a obtenção de benefícios penais.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator das matérias, se manifestou pela rejeição do projeto de Tebet – que trata exclusivamente de modificações no artigo 4º da Lei 7.492 (gerência fraudulenta) – inserindo o dispositivo no substitutivo que apresentou



RIGOR Substitutivo oferecido pelo relator à proposta de Demostenes, que agrava punição, inclui dispositivos do projeto de Tebet sobre gerência fraudulenta

à proposta de Demostenes Torres.

Na justificativa, Demostenes argumenta que a sua iniciativa, além de aumentar a punição, estabelece a obrigatoriedade do regime fechado para o cumprimento da pena, tornando, dessa forma, mais rigorosa a punição.

Limite mínimo

Uma das preocupações dos senadores é quanto ao cumprimento das condenações. O limite mínimo de pena privativa de liberdade – igual a um ou dois anos, conforme consta em muitos artigos da lei – acaba ensejando, na prática, sua substituição por penas restritivas

de direitos, muito mais brandas que a primeira.

– A criação de determinados institutos sem verificar sua harmonia com a necessidade de prevenção geral da criminalidade, principalmente a moderna, pode não desestimular a prática do crime, tal como tem ocorrido nos crimes de colarinho branco – afirma Maguito.

A gestão temerária de instituição financeira, por exemplo, que hoje é punida com reclusão de dois a oito anos, mais multa, deverá passar para o limite mínimo de quatro anos e o máximo de dez anos, explica o parlamentar.

Algumas das mudanças propostas na Lei do Colarinho Branco

| Lei 7.492/86 | Substitutivo |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Art. 2º - Imprimir, reproduzir ou, de qualquer modo, fabricar ou pôr em circulação, sem autorização escrita da sociedade emissora, certificado, cautela ou outro documento representativo de título ou valor mobiliário: Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa. | Pena - Reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. |
| Art. 4º - Gerir fraudulentamente instituição financeira: Pena - Reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa. Parágrafo único. Se a gestão é temerária: Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa. | Art. 4º - Gerir fraudulentamente instituição financeira, dando causa à decretação de sua intervenção, de liquidação extrajudicial ou de falência: Pena - Reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos, e multa. Parágrafo único. Se a gestão é temerária: Pena - Reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. |
| Art. 31 - Nos crimes previstos nesta lei e punidos com pena de reclusão, o réu não poderá prestar fiança, nem apelar antes de ser recolhido à prisão, ainda que primário e de bons antecedentes, se estiver configurada situação que autoriza a prisão preventiva. | Art. 31 - Nos crimes previstos nesta lei, o réu não poderá prestar fiança, nem apelar antes de ser recolhido à prisão, ainda que primário e de bons antecedentes, se estiver configurada situação que autoriza a prisão preventiva. § 1º O condenado por crime previsto nesta lei iniciará o cumprimento da pena em regime fechado. § 2º A progressão para regime menos rigoroso ou a concessão de qualquer benefício penal somente se dará após o cumprimento de, pelo menos, metade da pena aplicada. |

Nilmário Miranda discute morte de crianças indígenas

O ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, vão participar da sexta audiência pública a ser realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a morte de crianças indígenas por desnutrição. O debate será realizado hoje, às 12h, no plenário 2 da Ala senador Nilo Coelho, conforme requerimento apresentado pelo presidente da CDH, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

A audiência pública também deverá contar com a participação do subprocurador-geral da República e membro da 6ª Câmara (Índios e Minorias) do Ministério Público, Eugênio José Guilherme de Aragão. Ele vai falar sobre a questão indígena no Brasil, atendendo a requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Na quinta-feira, a desnutrição indígena continuará a ser debatida em mais uma audiência na CDH. A pedido do senador João Capiberibe (PSB-AP), o encontro deverá contar com a participação do deputado estadual Pedro Kemp (PT-MS), do representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Mato Grosso do Sul, Egon Heck, e de Celso Aoki, membro do Projeto Caioivá-Nhandeva (PKN) – entidade ligada ao movimento indígena organizado. O início da reunião está previsto para as 10h, na sala 13 da Ala senador Alexandre Costa.

Idoso

Ainda na quinta-feira, após a audiência pública sobre a desnutrição indígena, a CDH pretende instalar a Subcomissão Permanente do Idoso, conforme requerimento apresentado pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Também está prevista a eleição do presidente e do vice-presidente desse novo colegiado.

Tourinho apóia ação de Paim contra racismo

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou que dará parecer favorável a projeto de Paulo Paim (PT-RS) que amplia as situações em que a discriminação racial ou religiosa pode ser enquadrada como crime. A atual legislação “possui brechas”, conforme Tourinho, que permitem que condutas com “notório sentido racista” não possam ser enquadradas como crime.

A Lei 7.716/89 prevê que só atos claros de prática, indução e incitamento ao racismo são passíveis de punição. Já o projeto de Paim (PLS 309/04) coloca mais seis situações passíveis de enquadramento nesse crime, quando vierem a ferir o direito de uma pessoa. Assim, quem negar, impedir, interromper, restringir, constranger ou dificultar, por motivo de raça, cor, etnia, religião ou origem o direito de um cidadão poderá ser processado.

– Sou o relator do projeto de Paulo Paim e concordo totalmente com sua pretensão. Afinal, ao que tudo indica, somente com a punição efetiva



AVANÇO Tourinho: projeto corrige legislação para que conduta racista seja enquadrada como crime

estaremos livres dessas absurdas práticas racistas.

Para Tourinho, o mundo experimenta uma situação paradoxal, especialmente nas nações desenvolvidas. Ao mesmo tempo em que há globalização da economia, ressurgem o fenômeno do racismo, seja por cor, etnia ou origem em alguns países, inclusive com o apoio disfarçado dos governos. “O exemplo da Áustria é o mais grave, onde o governo democraticamente eleito defende abertamente a xenofobia e, veladamente, as diferenças raciais.”

Tourinho observou que na Europa a situação é “complicada”, a ponto de ocorrerem manifestações racistas nas partidas de futebol, que já afetaram vários jogadores brasileiros.

com toda a Humanidade, dialogar com as mais diferentes religiões e até com aqueles que não acreditam em Deus – disse o senador.

Pedro Simon admitiu que, diante das críticas desferidas inicialmente nos meios de comunicação contra o então cardeal Joseph Ratzinger, que o classificavam como um homem duro e inflexível quanto aos dogmas, preferiu ficar em posição de prudência, aguardando um melhor momento para poder fazer comentários da tribuna sobre o novo Papa.

O senador gaúcho acredita que “alguns críticos foram exageradamente áspers” e não conseguiram perceber que Bento XVI pode levar a Igreja Católica a grandes avanços, até convocando um novo concílio para melhor equacionar a questão da fé em um mundo marcado por profundas transformações sociais e tecnológicas.

Apartado pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), Pedro Simon observou que não existe nenhuma divisão intransponível entre a Igreja que reafirma dogmas e doutrinas e aquela que se vincula aos valores mais profundos do povo.

Alvaro: EUA “arranharam” a soberania brasileira

Senador comenta suposta investigação sobre ligações do MST com grupo guerrilheiro colombiano

A suposta investigação dos Estados Unidos sobre as ligações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) foi considerada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) um “arranhão” à soberania brasileira.

Segundo o senador, a investigação foi revelada à imprensa depois que a superintendente do Incra em Pernambuco, Maria Oliveira, encontrou-se, no estado, com o cônsul dos EUA, Peter Swavely, e com o segundo-secretário para assuntos políticos da Embaixada dos EUA



SUGESTÃO Alvaro Dias também propõe soluções diferenciadas de reforma agrária para cada região

em Brasília, Richard Thomas Reiter. Alvaro Dias afirmou que os representantes americanos procuravam, em Pernambuco, um padre colombiano radicado no Brasil que estaria ministrando palestras com o objetivo de incitar saques e invasões a caminhos nas estradas desse estado.

Alvaro destacou que a comissão parlamentar mista de inquérito que investiga os conflitos fundiários (CPI da Terra), presidida por ele, pediu informações à Embaixada da Colômbia sobre o paradeiro do padre supostamente investigado pelos EUA.

Reforma agrária

O senador também sugeriu que o governo abandone o modelo único de reforma agrária e adote novo modelo, que viabilize soluções diferenciadas para cada região do país.

– No Paraná, não há mais áreas públicas para desapropriação, ao contrário do que ocorre nos estados de Mato Grosso, Pará e Roraima.

Em aparte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) comentou que, só em Mato Grosso, dos 6 milhões de hectares de terras públicas, 3 milhões foram invadidos por grileiros.

Capiberibe: desesperança fragiliza a democracia

João Capiberibe (PSB-AP) manifestou-se preocupado com a fragilidade da democracia nos países sul-americanos. Comentando os eventos no Equador, que culminaram na deposição do presidente Lucio Gutiérrez e o seu asilo no Brasil, o senador lamentou o fato de as populações desses países estarem desacreditando do sistema democrático.

– Nós não conseguimos democratizar a economia dessas nações, o que leva o povo à desesperança, às rebeliões e à deposição de presidentes.

Para o senador, os altos índices de desemprego, a exclusão social, a dificuldade da maioria da população em ter acesso aos bens de consumo e a elevada dívida pública são as principais causas da instabilidade política da região. Ele argumentou que, no Brasil, o governo gastou, no ano passado, 13 vezes mais com o pagamento de juros da dívida externa que com investimentos em infra-estrutura. Devido à falta de recursos, muitos anseios populares deixam de ser atendidos.



LAMENTO “Nós não conseguimos democratizar a economia, o que leva à deposição de presidentes”

Capiberibe, que foi exilado durante a ditadura militar, elogiou a atitude do Itamaraty de conceder asilo a Gutiérrez. O ex-presidente, que chegou ao Brasil no domingo, foi deposto pelo Congresso do Equador.

– Não é aceitável que um país, por mais importante que seja, se arrogue o direito de intervir, mediante decisão própria e independente, em outro, a título preventivo, ou para redirecionar governos e políticas governamentais. A autodeterminação dos povos é um princípio que deve ser respeitado de forma intransigente – sustentou João Alberto.

Embora acredite que a ONU não possa abrir mão desse papel, o parlamentar considerou a necessidade de atualização e instrumentalização da entidade para esse exercício.

Para João Alberto, ONU é que deve resolver dúvidas

Ao assinalar os 60 anos da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 24 de outubro de 1945, o senador João Alberto (PMDB-MA) disse considerá-la o fórum ideal e competente para dirimir dúvidas e apreensões quanto a políticas adotadas por qualquer país. Nesse sentido, elogiou a atitude do presidente Lula de desaprovar, em reunião dos chefes de governo do Brasil,



ADVERTÊNCIA “Não é aceitável que um país se arrogue o direito de intervir em outro”

da Colômbia, Venezuela e Espanha, críticas dirigidas ao presidente venezuelano Hugo Chávez fora desse organismo internacional.



AVALIAÇÃO Conforme Pedro Simon, novo Papa deve enfrentar os desafios da globalização

Simon acredita que Bento XVI vai promover diálogo

Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem acreditar que o novo Papa, Bento XVI, não será o mesmo cardeal que tinha como função, na Cúria Romana, julgar e zelar pela doutrina da Igreja, um trabalho considerado antipático.

Na avaliação do senador, a tendência do novo Papa é agora também olhar para os dramas do mundo, entender os problemas da juventude, enfrentar os desafios colocados pela globalização.

– Em seus discursos, Bento XVI já anunciou que vai falar



EXPORTAÇÕES De acordo com Jonas, queda do dólar é responsável por parte da crise no setor

Dificuldade enfrentada pelo agronegócio preocupa Jonas Pinheiro

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que, embora o agronegócio tenha sido, nos últimos dez anos, o grande estímulo da economia brasileira, o setor, hoje, “passa por situações desagradáveis”. Ele citou como exemplo o que ocorreu no Agrishow Cerrado, feira agropecuária realizada de 19 a 23 deste

mês em Rondonópolis (MT).

De acordo com o senador, este ano os resultados do evento ficaram muito aquém das expectativas, sendo comercializados R\$ 250 milhões, contra R\$ 1,3 bilhão no ano passado. Jonas contestou o argumento do governo federal, segundo o qual as exportações

no setor agrícola vão bem. Os produtores, observou, estão exportando com prejuízo. O parlamentar atribuiu parte da crise à queda do dólar.

– Esta safra que nós estamos colhendo foi feita com insumos comprados com o dólar a R\$ 3,20. Agora, os produtos estão sendo comercializados com o

dólar a R\$ 2,50 – frisou.

O aumento dos juros e a seca também foram citados como razões para o prejuízo, assim como a ferrugem, praga que ataca as plantações de soja.

Jonas foi elogiado pelos senadores José Agripino (PFL-RN) e Mão Santa (PMDB-PI), por seu pronunciamento.

Fátima Cleide propõe benefício a servidor de RO

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) apelou aos senadores para que aprovem a Proposta de Emenda à Constituição 87, de sua autoria, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os funcionários públicos civis do então território de Rondônia, admitidos até 31 de dezembro de 1991, a um quadro em extinção da administração federal. A matéria poderá ser votada hoje, em primeiro turno.

O artigo 36 da Lei Complementar 41, explicou, responsabiliza a União pelas despesas, por dez anos, com pessoal militar da Polícia Militar e quadro civil em exercício no então território em 31 de dezembro de 1981 – data da criação do estado.

– Parte do problema foi resolvido com a inclusão do pessoal da Polícia Militar, mediante alteração constitucional aprovada em 2002. No entanto, novamente foram deixados de fora os servidores do quadro civil – esclareceu Fátima Cleide.

Para a senadora, trata-se de promover a igualdade entre regiões que foram territórios e passaram à condição de estados. Ela lembrou que os servidores civis e militares de Roraima e Amapá, da época do território, foram incluídos no quadro em extinção da União, por meio da Emenda Constitucional 19/98, o que não ocorreu em Rondônia.



PEC Fátima Cleide quer incorporar funcionários civis do então território a quadro em extinção da União

Paim sugere emenda à MP que reajusta mínimo

■ Ele defende aumento equivalente ao dobro do percentual de crescimento do PIB, além da inflação

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou em discurso que apresentará emendas à Medida Provisória 248/05 que reajusta o salário mínimo no próximo dia 1º de maio para R\$ 300. O objetivo é conceder todo ano ao salário mínimo, além da inflação dos últimos 12 meses, reajuste equivalente ao dobro do percentual de crescimento do produto interno bruto (PIB) verificado no ano anterior. O governo está concedendo a inflação mais o PIB *per capita* – que é menor que o próprio PIB, pois desconta o crescimento populacional.

Outra emenda do senador



Fotos: Rosewell Pinheiro

"HIPOCRISIA" Paim: críticos do governo "no passado nada fizeram para conceder reajustes elevados"

pretende estender a todos os aposentados e pensionistas do INSS o mesmo percentual dado ao salário mínimo, de 15,4%. Sem a emenda, os aposentados que ganham acima do mínimo receberão apenas a inflação, próxima de 7%.

– Entendo que 8,49% de aumento real para o mínimo é

muito pouco para atender às necessidades básicas do trabalhador. Não é o ideal, mas é um pequeno avanço – ponderou.

O senador acusou de “hipócritas” as pessoas que criticam o governo pelo “pequeno” aumento do salário mínimo, quando, “no passado, nada fizeram para conceder reajustes elevados”. Ele também apoiou a luta dos militares para receberem mais 23% de aumento, além dos 10% já concedidos.

Paim anunciou um movimento no Rio Grande do Sul que busca federalizar a Universidade da Região da Campanha (Urcamp), entidade mantida pela Fundação Áttila Taborda, personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que mantém oito *campi* no sudeste do estado. A federalização, observou, ajudará na recuperação social e econômica da região.

Efraim cobra nova data para audiência com Meirelles

O presidente em exercício da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Efraim Moraes (PFL-PB), pediu ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que trate o Congresso Nacional com mais respeito. Ele lamentou que Meirelles tenha cancelado sua vinda às comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), além da própria CMO, prevista para hoje.

– Recebi um contato, na quarta-feira, do líder do PT na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que falou da possibilidade de Meirelles viajar [à Colômbia]. Respondi que não havia problema e solicitei ao líder que marcasse outra

data – afirmou Efraim.

O senador disse ter sido surpreendido ao saber que se pretendia a substituição de Meirelles, na audiência, por um dos diretores da instituição. Como presidente da CMO, Efraim comunicou que rejeitou a proposta e pediu para agendar outra data para a vinda do presidente do BC. O que motivou o senador a pedir “mais respeito ao Congresso” foi a resposta de que Meirelles não poderia participar de audiência nos próximos 30 dias.

O senador explicou que o objetivo da reunião com Henrique Meirelles seria debater o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial. O presidente do BC também explicaria



PROTESTO À frente da CMO, Efraim pede ao presidente do BC que "trate o Congresso com mais respeito"

o impacto e o custo fiscal das operações daquela instituição financeira, bem como os resultados demonstrados nos balanços. A exposição, acrescentou Efraim, cumpre dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estabelece que, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central deve apresentar uma avaliação sobre o cumprimento de seus objetivos e metas.



CRÍTICA Serys acusa o governador de MT de "destruir" a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica

Serys defende professores de Mato Grosso

A senadora Serys Shesarenko (PT-MT) acusou o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, de “destruir com truculência” a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica (Lopeb) daquele estado. Ela informou que, desde o final do ano passado, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso discute as alterações propostas pelo governo do estado na Lopeb. Entre as modificações mais polêmicas estão a retirada da obrigatoriedade de revisão anual dos salários dos professores e a transformação dos cargos de direção, coordenação e assessoramento nas escolas, que atualmente são funções privativas dos educadores, em cargos de confiança.

Serys também defendeu proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que propõe a conversão do serviço da dívida externa em investimentos para educação. Ela entende que essa proposta vai viabilizar uma educação pública de qualidade para a população. Serys destacou que a Espanha já converte 60 milhões de euros da dívida da Argentina para educação pública daquele país.

A senadora também criticou declarações do governador Blairo Maggi que, segundo ela, teria dito ser favorável ao nepotismo, desde que o cargo seja ocupado por um parente que tenha “qualidades para trabalhar”.



TENSÃO Segundo Crivella, crise nas Forças Armadas e chacina no Rio são sintomas de uma mesma patologia

Para Crivella, país reclama política de pleno emprego

Em comunicação de liderança, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) defendeu ontem uma política de pleno emprego, com a redução dos juros, o controle do fluxo de capitais de curto prazo e também do câmbio. O parlamentar afirmou que chegou ao limite o estrangulamento do setor público, para tornar o país atraente ao capital estrangeiro, processo iniciado desde o governo passado.

Esse estrangulamento, disse Crivella, provocou, entre outros problemas, a grave crise por que passam as Forças Armadas. O senador fez referência ao suicídio de um sargento do Exército e tentativa por parte de outro militar de igual patente. Em seus bilhetes de despedida, eles afirmaram preferir a morte ao caminho da criminalidade.

O parlamentar citou também a chacina de Nova Iguaçu (RJ), quando 28 pessoas inocentes foram mortas em ação supostamente empreendida por policiais. Para ele, tanto a chacina quanto os atos de suicídio são sintomas da mesma patologia social, "tragédias individuais e coletivas que alertam para uma tragédia maior". Segundo Crivella, esses fatos não ocorreriam se houvesse uma política de pleno emprego. Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) observou que os militares "estão sendo mal pagos para manter a ordem no país".

Bornhausen quer direitos do contribuinte em lei

■ Objetivo, conforme o senador, é proteger cidadão contra os abusos tributários do poder público

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) pediu ontem a aprovação de projeto de lei complementar de sua autoria que trata dos direitos dos contribuintes. Em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta, explicou o senador, "estabelece a justiça fiscal e o equilíbrio entre o fisco e o contribuinte".

Se aprovada a matéria (PLS 646/99), o contribuinte passará a contar, entre suas prerrogativas, com prazo não inferior a cinco dias para a prestação de informações às autoridades fazendárias, o direito de ser notificado por escrito sobre a cobrança de tributos e multas e a possibilidade de receber, em



LIMITE Bornhausen restringe uso de força policial em ações fiscais aos casos em que haja mandado judicial

até 60 dias, resposta a consultas formuladas ao fisco.

Os deveres e limites à ação da administração fazendária também são estabelecidos no projeto. Entre esses, a obrigação de fornecer documentos fiscais aos contribuintes, independentemente da existência de débitos, e a utilização de força policial em diligências somente com autorização judicial.

Mão Santa volta a apontar equívocos na economia

Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem o governo Lula pelo que considera uma política econômica equivocada. O parlamentar piauiense referiu-se especialmente aos juros altos e à excessiva carga tributária.

Os impostos, observou Mão Santa, asfixiam as empresas e inibem o crescimento econômico. E os juros, resultado da teimosia do "núcleo duro" do governo, constituem a "escravidão moderna", por amarrarem os cidadãos ao sistema de crédito ao consumidor, obrigando-os a entregar às financeiras bem mais que o valor dos produtos adquiridos.

O senador referiu-se à en-

trevista do empresário Jorge Gerda, dono do grupo de mesmo nome, à revista *Veja* desta semana. O entrevistado classifica o sistema tributário de "medieval" e diz que o governo cobra mais de 30% de impostos "antes mesmo de uma fábrica começar a produzir".

Gerda, queixou-se de que o país ainda não conseguiu criar um ambiente "ótimo" para os negócios como fez o Chile, que possui um risco-país menor que o brasileiro. As desconfianças dos investidores em relação ao Brasil teriam como motivo a "permissividade", traduzida em corrupção e pouca austeridade do Estado.



ESCRavidÃO Alto custo do dinheiro, afirma Mão Santa, amarra o cidadão ao sistema de crédito ao consumidor

Mão Santa comentou também matéria publicada pelo jornal *O Dia*, de Teresina, sobre a liberação de recursos federais para o Piauí. Entre 2003 e 2004, foram liberados apenas 21,5% dos valores referentes às emendas de bancada e, dos recursos previstos para 2005, nada teria sido ainda empenhado.

gamento, autorizado pelo atual governo.

Ideli disse ainda que o presidente Lula sancionaria ontem o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, projeto por ela relatado no Senado, que disponibiliza recursos ao pequeno empreendedor. A parlamentar também salientou o aumento da oferta de crédito



SONHO Agripino: iludidos com anúncio de crescimento, os brasileiros gastaram além da conta

Agripino culpa governo por inadimplência

O líder do PFL, José Agripino (PFL-RN), atribuiu ao governo Lula a responsabilidade pelo aumento dos cheques sem fundo em março passado. Segundo Agripino, os brasileiros teriam sido iludidos pelo anúncio de crescimento de 5,2% do produto interno bruto (PIB), que seria sucedido pela ampliação no nível de renda e do emprego.

Conforme o senador, quem acreditou no prognóstico do governo e contraiu dívidas agora não tem como saldá-las, pois a renda não cresceu e o nível de emprego caiu. Assim, dos 170 milhões de cheques emitidos em março, 3,5 milhões foram devolvidos.

– Nunca se passou tanto cheque sem fundo desde a criação da Serasa. Em março, de cada mil cheques processados, 20,8% não foram compensados – revelou, com base em notícia divulgada no UOL, serviço de Internet.

Agripino também se mostrou preocupado com os rumos do agronegócio no país. Em conversa com empresários do setor, disse ter sido informado da discrepância entre o preço de compra dos insumos, adquiridos com o dólar a R\$ 3,20, e o preço de venda da produção, que tem como referência o dólar a R\$ 2,60. De acordo com o senador, o lucro dos agricultores, na safra de 2005, "é coisa do passado".



DECLÍNIO Em março, os juros médios ao consumidor recuaram ao nível do mesmo mês de 2001, registra Ideli

Ideli destaca expansão do crédito e queda dos juros ao consumidor

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a expansão da oferta de crédito na economia, ao mesmo tempo em que os juros cobrados do consumidor caíram ao menor patamar dos últimos quatro anos. Ela observou que esses fatos ocorrem mesmo após a oitava alta consecutiva da taxa de juros pelo Banco Central (BC).

Ideli afirmou que os juros médios cobrados ao consumidor, em março, foram de 7,45%, a menor taxa desde março de 2001, quando ficou em 7,49%. Os dados foram atribuídos à Associação dos Executivos de Finanças. A queda, assegurou, deve-se ao crédito consignado, que permite o desconto das mensalidades em folha de pa-

no país, de 0,5% em relação ao produto interno bruto (PIB), chegando a um volume de R\$ 500 bilhões, ou 26,7% do PIB.

Ela criticou a autonomia do BC, defendida por partidos de oposição, já que, segundo afirmou, valeria apenas para parte das ações do banco. A crítica foi endossada por João Capiberibe (PSB-AP).



APOIO Suassuna observa que projeto vai possibilitar grande reserva de água durante a seca

Suassuna elogia Ibama por aceitar a transposição

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), saudou ontem o Ministério do Meio Ambiente pelo relatório favorável ao projeto de transposição do rio São Francisco. O senador informou que, na Paraíba, já foram realizadas reuniões em quase todas as cidades importantes do estado para debater

o projeto com o Ministério da Integração Nacional, assinalando que a próxima reunião será no sábado (30), em Campina Grande.

O parlamentar frisou que os nordestinos estão colhendo assinaturas em apoio ao projeto do governo federal e disse que a transposição do rio vai

possibilitar uma grande quantidade de reserva de água para o período da seca. Ney Suassuna explicou que o nível de água do Nordeste serve para o consumo do dia-a-dia, mas não permite seu armazenamento para o período da seca. Assim, completou o senador, o projeto vai trazer “segurança hídrica” para

os habitantes de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Para o líder do PMDB, há uma diferença entre a estiagem do Nordeste e a do Sul. Nesta última, a seca causa um clamor econômico, mas no Nordeste ela desestrutura toda a sociedade, afirmou.

Lobão pede aplicação da Cide nas rodovias federais

■ Senador observa que setor teve queda de 50% de investimentos em infra-estrutura nos últimos 30 anos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestou ontem sua esperança de que os recursos da Contribuição sobre a Intervenção no Domínio Econômico (Cide) venham a ser aplicados efetivamente na conservação das rodovias federais – objetivo para o qual foi criado o tributo. O parlamentar maranhense chamou a atenção para o péssimo estado das estradas, com prejuízos para a economia e danos à vida e à saúde humanas.

Criada em 2001 para financiar investimentos em infra-estrutura de transportes, a Cide já



MEMÓRIA Lobão lembra discurso de sua autoria feito há 16 anos, que hoje pode ser considerado atual

havia arrecadado R\$ 18 bilhões até 2003. Levantamento feito pela Confederação Nacional dos Transportes mostra que esse setor teve uma queda de 50% em seus investimentos em três décadas.

Em 2003, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em ação direta de inconstitucionalidade (Adin) limitar a utilização dos

recursos da contribuição aos fins a que se destinam, mas nem essa sentença foi capaz de mudar a ação governamental. A Cide continua a ser usada para socorrer o Ministério dos Transportes e para o pagamento de juros, de pessoal e encargos sociais, afirmou Lobão.

O senador recordou diversos de seus pronunciamentos, muitos contendo sugestões sobre o mesmo tema ao longo de seus mandatos como senador. Um desses discursos foi proferido há 16 anos, parecendo atual, no tema e nas palavras. “As rodovias federais continuam um descalabro. Nossas estradas não conservadas têm avançado o curso normal de uma economia em ascensão, além da tragédia que representam em termos de vidas humanas”, disse o senador em discurso do dia 7 de agosto de 1989.

Garibaldi critica exclusão do RN da Transnordestina

O Rio Grande do Norte está correndo o risco de ser excluído do traçado da Ferrovia Transnordestina, idealizada ainda no governo do presidente José Sarney e que tem por objetivo dinamizar a economia da região. A advertência foi feita ontem, em Plenário, pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que solicitou ao governo empenho para que o consórcio responsável pela obra se pautasse também pelo interesse público e não apenas pelo critério do lucro. A ferrovia, segundo o senador, em seu traçado inicial, excluía apenas o Ceará, agora contemplado pela nova proposta.

Ao fazer uma análise do projeto, Garibaldi lembrou que o

Rio Grande do Norte, comparado ao restante do país, dá mostras de estar vivendo “um grande ciclo econômico”. Além do petróleo e de outros recursos minerais, o estado é o maior produtor brasileiro de camarão e se destaca também na área da fruticultura.

– Diferentemente de estados como Bahia e Piauí, o Rio Grande do Norte tem 80% de seu território no semi-árido e precisa de infra-estrutura de transporte para desenvolver-se ainda mais – disse.

O senador afirmou que soube de uma frase que o ministro José Dirceu, da Casa Civil, teria dito, dando conta de que o traçado da ferrovia está sendo reavaliado por um grupo



CRITÉRIOS Garibaldi pede ao consórcio responsável pela obra que se pautasse pelo interesse público

privado. O senador argumenta que, quando se trata de interesse público, “a privatização tem seus limites”.

– Se todo o Brasil clama por descentralização, o Rio Grande do Norte não pode ser deixado de lado – destacou o senador, que está enviando ao Ministério dos Transportes ofício solicitando informações sobre o assunto.



CAMINHO Motta destaca que ex-presidente deu início a um novo ciclo de desenvolvimento

Motta afirma que Brasil precisa de político como JK

O senador João Batista Motta (PMDB-ES), ao enaltecer ontem a construção de Brasília, que acaba de completar 45 anos, disse que falta ao Brasil um homem como Juscelino Kubitschek para que o país volte a trilhar o caminho do desenvolvimento.

O senador, que aconselhou

a população a visitar Brasília, destacou que JK deu início a um novo ciclo de desenvolvimento no país, sendo responsável pela construção de hidrelétricas e da maioria das estradas que cortam o país, bem como pelo incremento da produção de aço, alumínio, vidro e automóveis.

Motta lamentou que hoje, com problemas como a violência e o combate aos juros altos, o governo não consiga implementar uma política para enfrentar essas questões. A queda dos preços do arroz e da soja também foi apontada pelo senador como problema a ser enfrentado pelo governo, a despeito do esforço empreendido pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues.

Em apartes, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Mão Santa (PMDB-PI) se somaram ao discurso de Motta, elogiando a atuação do ministro Roberto Rodrigues.

Valmir Amaral: Brasília é exemplo para todo o país

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF), ao parabenizar Brasília pelos seus 45 anos, afirmou que a cidade é jovem, alegre, cheia de energia e vitalidade. Ele destacou, em especial, a responsabilidade da cidade por abrigar os três Poderes da República, o que faz com que se torne referência maior para todo o povo brasileiro.

– Em menos de meio século, Brasília se consolidou como uma de nossas grandes metrópoles. Deu concretude ao sonho de Dom Bosco, ao ideal de JK e às aspirações de milhões de brasileiros e tornou o Brasil um país menos desigual e mais fraterno, com a efetiva incorporação de extensas áreas de nosso território historicamente



REFERÊNCIA Valmir Amaral diz que em menos de meio século a capital já é uma das grandes metrópoles

relegadas ao abandono.

Ele lembrou ainda que Brasília, desde 1987, é Patrimônio Cultural da Humanidade.

Para o senador, os jovens de Brasília são os responsáveis pelos rumos da cidade e por um futuro “que já se revela promissor”.

– Ao cumprimentar os jovens de Brasília, quero manifestar minha expectativa de que as novas gerações terão sempre um especial carinho por esta cidade – concluiu.